

PORTUGAL DIPLOMÁTICO



Cimeira de Washington
Eleições francesas
Entrevista a Rodrigo Saraiva

IIIª EDIÇÃO
Julho 2024



0 35545 62336 78 1

Índice

Pág. 2

Acontecimentos
do mês

Entrevista a
Rodrigo Saraiva

Pág. 14

Pág. 22

Notícias
Internacionais

Mês do MNE

Por Bruno Oliveira

Na edição deste mês acompanhamos a conclusão das negociações sobre o novo estatuto da carreira diplomática, o encontro entre o ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) e o vice-presidente da Comissão Europeia, a reunião entre o MNE e o governador de Aichi, a participação do MNE nas Nações Unidas e no EurAfrican Fórum, a visita do MNE a São Tomé e Príncipe e a sua participação na cimeira do G20.

Conclusão das negociações sobre o novo estatuto da carreira diplomática

No primeiro dia do mês de julho, foram concluídas as negociações sobre o novo estatuto da carreira diplomática entre o ministro e a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses (ASDP). Algumas das mudanças incluem novas regras para promoções, uma nova classificação dos postos no estrangeiro e ainda a atualização da tabela salarial, uma vez que esta mantinha-se igual há 26 anos, desde 1998. O novo estatuto ainda terá que ser aprovado em Conselho de Ministros e pela Assembleia da República.

Encontro entre o MNE e o vice-presidente executivo da Comissão Europeia

No dia 2 de julho, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros recebeu no Palácio das Necessidades o vice-presidente executivo da Comissão Europeia, Maros Sefcovic. Alguns dos temas abordados neste encontro foram as relações da União Europeia com o Reino e a Suíça, o Pacto Ecológico Europeu e a competitividade europeia.

Reunião entre o MNE e o governador de Aichi

No dia 5 deste mês, Paulo Rangel reuniu-se com o governador de Aichi, uma região do Japão, Hideaki Omura. Desta reunião resultou um memorando de entendimento para aprofundar a cooperação entre o ministério dos Negócios Estrangeiros e a Província de Aichi.



O ministro Paulo Rangel e o governador de Aichi, Hideaki Omura (foto: MNE)

MNE na Organização das Nações Unidas

A 8 de julho, o ministro participou na sessão de abertura do Fórum Político de Alto Nível da ONU dedicado principalmente ao desenvolvimento sustentável. O tema da edição deste ano foi "Reforçar a Agenda 2030 e erradicar a pobreza em tempos de crises múltiplas: a entrega efetiva de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras", sendo que o ministro participou numa sessão dedicada ao tema "Da Cimeira dos ODS à concretização efetiva de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras". Ainda nesse dia, Paulo Rangel encontrou-se com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.



O MNE, Paulo Rangel, e o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres (foto: MNE)

EurAfrican Fórum

A meio do mês, Paulo Rangel participou na sessão de abertura do EurAfrican Fórum, organizado pelo Conselho da Diáspora Portuguesa. O evento, que decorreu entre os dias 15 e 16 de julho em Cascais, na NOVA SBE, teve como mote "África: O Próximo Capítulo - Parcerias para o Crescimento". Desde 2018 que o evento tem como objetivo a colaboração entre a Europa e África, promovendo diversas áreas de atuação conjunta, como as energias renováveis e o desenvolvimento sustentável, as relações económicas ou a educação e desporto. Para além do ministro, também participaram na sessão de abertura o antigo presidente da Comissão Europeia, José Durão Barroso, o presidente da direção do Conselho da Diáspora Portuguesa, António Calçada de Sá, o presidente da Câmara de Cascais, Carlos Carreiras, e o presidente da NOVA SBE, Pedro Oliveira. O evento reuniu ao longo de dois dias ministros, jornalistas, figuras do mundo da política e diretores de instituições e organizações de ambos os continentes, como o atual ministro da Economia, Pedro Reis, ou a ex-ministra dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Suzi Barbosa. A cerimónia de encerramento foi marcada pela presença do presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e do presidente da República da Maurícia, Prithvirajsing Roopun, este último no âmbito da sua visita de Estado a Portugal.

Visita de Estado a São Tomé e Príncipe

Entre os dias 18 e 19 de julho, Paulo Rangel dirigiu-se a São Tomé e Príncipe no âmbito da XXIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O primeiro dia da visita de Estado iniciou-se com um encontro com o seu homólogo, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades são-tomense, Gareth Guadalupe. Para além desse encontro, o ministro teve uma audiência de cortesia com o presidente da República de São Tomé e Príncipe, Carlos Vila Nova, e também foi recebido pelo primeiro-ministro do país, Patrice Trovoada.

Na Embaixada de Portugal, o ministro teve um *briefing* sobre a cooperação no domínio da defesa, com apresentação dos três projetos em curso: um de assessoria à estrutura superior da Defesa e das Forças Armadas, outro com a Guarda Costeira e o terceiro do Pelotão de engenharia militar.

O chefe da diplomacia portuguesa visitou ainda o Programa Saúde para Todos — Consolidação do Sistema Nacional de Saúde de STP, implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e financiado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, bem como a Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe e o Centro Cultural Português. Na área da defesa, o MNE visitou a Lancha de fiscalização Centauro e a embarcação de alta velocidade Príncipe, destacadas em São Tomé e Príncipe, onde durante a visita, o ministro teve a oportunidade de se reunir com os militares de ambos os países e de conhecer de perto as suas missões e operações.

O dia terminou com uma receção a empresários e a elementos da comunidade portuguesa no país e depois com um jantar oficial oferecido pela Presidência da CPLP por ocasião da XXIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da comunidade.

O segundo e último dia foi dedicado à reunião do Conselho de Ministros da CPLP, cujo debate geral vai ser subordinado ao tema “O Impacto da Mobilidade Juvenil no Espaço da CPLP para o Fortalecimento de Economias Sustentáveis”



Os chefes da diplomacia da CPLP (foto: CPLP)

Cimeira do G20

O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros foi o representante de Portugal na cimeira do G20, sendo esta a primeira participação de Portugal no G20, a convite do Brasil.

A cimeira, que se realizou entre os dias 24 e 26 de julho no Brasil, teve como debate principal o combate à fome e pobreza, mas também estratégias de fomentar a equidade entre países e nos próprios países. Por seu lado, o MNE demonstrou o apoio de Portugal à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza proposta nesta cimeira do G20.

Durante a sua visita ao Rio de Janeiro, Paulo Rangel participou na inauguração da exposição “500 Anos Camões” na Fundação Biblioteca Nacional e visitou o Real Gabinete Português de Leitura.



Reunião de trabalho no G20 (foto: Renascença)

Cimeira de Washington

Por Johan Schäfer

Entre os dias 9 e 11 de julho decorreu em Washington, nos Estados Unidos, a cimeira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), com o objetivo de celebrar o 75º aniversário da “mais importante organização de defesa a nível mundial”, como a mesma se intitula. Estiveram presentes todos os chefes de Estado dos atuais 32 Estados membros, entre os quais os EUA e o Canadá, bem como um grande número de estados Europeus, indo de Portugal a oeste até à Turquia a este. Foi o primeiro encontro deste nível para os dois países nórdicos que aderiram em 2023, a Finlândia e a Suécia, terminando assim várias centenas de anos de pacifismo e não alinhamento na política externa, o que comprova a crescente e preocupante escalada belicista na Europa nos últimos anos. Para além disso, é relevante notar que existem acordos de cooperação formais com a Ucrânia e com a Geórgia com o claro foco em conter a influência russa em ambos os países, assim como abrir os mercados e recursos respetivos ao Ocidente.

Portugal foi em 1949 um dos países fundadores da aliança das democracias (durante o Estado Novo) por causa do interesse geoestratégico dos Açores durante a Guerra Fria, como base de apoio aos americanos na passagem do Oceano Atlântico. O país esteve na cimeira representado pelo Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, o Ministro da Defesa, Nuno Melo, e o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel. O Primeiro-Ministro aproveitou a oportunidade para anunciar um reforço do apoio militar e logístico à Ucrânia, assim como um compromisso quanto a um aumento no orçamento da defesa em pelo menos 400 milhões por ano até 2029, aderindo, portanto, à crescente militarização global, especialmente visível no continente europeu, no âmbito do compromisso da NATO de gastar 2% do PIB em defesa.

As decisões principais foram a criação de um centro para a coordenação do apoio à Ucrânia em Wiesbaden, na Alemanha, com 700 soldados, assim como a garantia de



O ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo (à esquerda), o primeiro-ministro, Luís Montenegro (ao centro), e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel (à direita) (foto: Ministério da Defesa Nacional)

mais 40 mil milhões de euros em 2025, o mesmo valor que no ano corrente. Um dos resultados mais polémicos é o posicionamento de novos mísseis de médio alcance (entre 1000 e 5000 km) na Alemanha a partir de 2026, só possível devido ao cancelamento do tratado INF pela administração Trump (por alegado desrespeito do mesmo por parte da Rússia). Gerou protestos consideráveis na população alemã dado que, em caso de Terceira Guerra Mundial, o país tornar-se-ia ainda mais um alvo prioritário da Rússia. No entanto, estes foram muito menores e menos noticiados que outras manifestações pacifistas passadas, como em 1981, na reação ao plano da NATO em posicionar armas nucleares em reação à invasão soviética do Afeganistão, que juntou milhares de pessoas, por exemplo, em Bona.

Por sua vez, Luís Montenegro saudou o também plano de ação decidido para o flanco sul da NATO e a criação de um enviado especial para a região, destacando que foi Portugal a tomar a iniciativa do mesmo e verificou apoio considerável de todos os Estados membros. No documento do compromisso final consta ainda “o caminho incontornável” da Ucrânia para se tornar um membro pleno da NATO, uma clara provocação à Rússia, pois esta foi uma das alegadas razões para o ataque à Ucrânia, e promete um futuro relacionamento ainda pior entre o Ocidente e a Federação Russa. A embaixada da mesma em Portugal emitiu um comunicado no qual constata que “Lisboa concorda, sem reservas, com as políticas russóforas de Bruxelas e Washington”, referindo-se à Ucrânia, a África e aos Balcãs. É sempre fulcral nomear o lado oposto, para ser possível formar uma opinião devidamente informada e fundamentada.



Foto de todos os chefes de Estado dos Estados membros da NATO (foto: SIC Notícias)

Olhando criticamente para a história da NATO, verifica-se que a mesma foi criada como oposição capitalista ao bloco comunista logo após a Segunda Guerra Mundial, dentro do contexto da Guerra Fria, que dividiu a Europa através de uma cortina de ferro até a União Soviética se desintegrar sob o comando de Mikhail Gorbatchov.

Durante as suas sete décadas e meia de existência, esteve diretamente envolvida em numerosas “guerras quentes”: entre as mais conhecidas encontra-se a do Kosovo, em 1999, com o objetivo de desintegrar a província do controlo sérvio. Terminou definitivamente com a união que restava da Jugoslávia, o estado principal e não-alinhado nos Balcãs durante a guerra fria, que sempre foi motivo de incómodo para as potências ocidentais. Outro exemplo foi o ataque contra o Iraque de Hussein em 2003, por este se ter distanciado dos interesses da NATO, nomeadamente no acesso ao petróleo. Para além de causar centenas de milhares de mortos e milhões de refugiados, destruiu por completo os sistemas de saúde e educação do regime, dos mais modernos em todo o mundo árabe, assim como toda a cultura histórica do país no coração do Médio Oriente. Podia-se continuar com o ataque à Líbia de Gaddafi em 2011 ou à Síria a partir de 2014, todas em nome da democracia e supostamente para garantir a segurança e liberdade da população civil, que como em todas as guerras foi a que mais sofreu.

A estas guerras abertas podia-se acrescentar uma lista infindável de operações (parcialmente) secretas nos quais os Governos e serviços secretos, especialmente os dos EUA, do Reino Unido e da França, participaram para derrubar políticos democraticamente eleitos que não lhes convinham e instalar os seus fiéis no poder dos respetivos países, os negativamente célebres *regime changes*. Estes desconstroem também toda a narrativa que envolve a defesa da democracia, liberdade e direitos humanos que supostamente justificam as respetivas intervenções.

Contundo, Portugal manterá o seu compromisso para com a NATO e os seus valores, permanecendo um eixo da mais alta importância para a política externa portuguesa, nomeadamente no que toca à defesa.

Princesa de Espanha em Portugal

Por Bruno Oliveira

A primeira viagem oficial ao estrangeiro da princesa herdeira da coroa espanhola, Leonor de Borbón, teve como destino Lisboa. Numa visita marcada pela felicidade e emoção dos portugueses e espanhóis, a princesa Leonor veio a Portugal a convite do presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

A visita iniciou-se na Praça do Império, mais precisamente no Mosteiro dos Jerónimos, onde a princesa herdeira participou numa cerimónia de deposição de uma coroa de flores no túmulo de Luís de Camões. De seguida, Leonor foi recebida no Palácio de Belém, tendo sido recebida por Marcelo Rebelo de Sousa com Honras Militares, constituídas pelo Hino Nacional de Espanha, pelo Hino Nacional, pela saudação ao Estandarte Nacional e pela revista à Guarda de Honra. Já dentro do palácio, o presidente condecorou a princesa com a Grande Cruz da Ordem de Cristo, a mesma condecoração que o seu pai, o rei Filipe VI de Espanha, também recebeu da primeira vez que foi condecorado por Portugal enquanto príncipe das Astúrias.



A princesa Leonor cumprimenta os presentes no Oceanário de Lisboa (foto: autoria própria)

Num almoço, que contou também com a presença do ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, a princesa Leonor afirmou que “Esta era uma viagem que esperava com muita vontade e sinto-me muito feliz”, acrescentando que “Portugal e Espanha partilham uma vizinhança que vai muito além da simples proximidade geográfica. É uma vizinhança multidimensional e que se traduz numa amizade sincera e um respeito profundo e mútuo entre os nossos países”.

Da parte da tarde, a princesa dirigiu-se ao Oceanário de Lisboa, onde se reuniu com jovens investigadores e cientistas da Fundação Oceano Azul, no âmbito do tema da sua visita: a proteção do ambiente. No final da visita, cumprimentou vários dos presentes no local, num momento de grande emoção para os mesmos, marcando definitivamente pela positiva a visita da princesa ao país.

António Costa aceita posição de destaque na União Europeia

Por Marta Paço

António Costa, ex-primeiro-ministro português, foi nomeado para um cargo de destaque na União Europeia. Após anos de especulação sobre uma possível transição para um papel europeu, Costa foi confirmado como o próximo Presidente do Conselho Europeu, sucedendo a Charles Michel.

Esta nomeação marca um momento significativo na carreira política de António Costa, que desempenhou o papel de primeiro-ministro de Portugal entre 2015 e 2023. Sob a sua liderança, o país atravessou vários desafios, incluindo a recuperação económica após a crise financeira e a gestão da pandemia de COVID-19. Costa é amplamente reconhecido pelo seu papel na estabilização da economia portuguesa e pela promoção de políticas progressistas, particularmente em áreas como a igualdade de género e a sustentabilidade ambiental.

A transição para o Conselho Europeu reflete a crescente influência de Portugal na política europeia. António Costa tem sido uma figura chave nas discussões sobre o futuro da União Europeia, defendendo uma abordagem mais integrada e solidária entre os estados membros. Durante a sua presidência do Conselho da União Europeia em 2021, Costa foi elogiado pela sua capacidade de mediação e liderança, características que agora se esperam que traga para o novo papel.



O presidente do Conselho Europeu, António Costa (foto: SIC Notícias)

Em declarações à imprensa, Costa expressou a sua gratidão pela confiança depositada nele e reafirmou o seu compromisso com os valores europeus. "É uma honra e uma responsabilidade enorme assumir esta posição num momento tão crucial para a Europa. Continuarei a trabalhar incansavelmente para promover a coesão, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável entre os nossos estados membros", afirmou.

A nomeação de Costa foi recebida com aplausos tanto a nível nacional como internacional. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, destacou o orgulho nacional nesta conquista, afirmando que "a presença de António Costa no Conselho Europeu será uma mais-valia não só para Portugal, mas para toda a União Europeia". Por outro lado, Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, saudou a nomeação, mencionando a experiência e a visão estratégica de Costa como fatores essenciais para enfrentar os desafios futuros da União.

O impacto desta mudança na política interna portuguesa será significativo. A sucessão de Costa na liderança do Partido Socialista já está a ser discutida. Vários nomes têm sido apontados como possíveis sucessores, incluindo o ex-Ministro das Finanças, Fernando Medina, e a ex-ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro.

A nível europeu, espera-se que António Costa continue a defender políticas de coesão social e económica, assim como a promoção de uma Europa mais verde e digital. Com desafios como a guerra na Ucrânia, a crise energética e a transição climática, a liderança de Costa no Conselho Europeu será fundamental para moldar as respostas da União a estas questões cruciais. Com esta nova posição, Portugal reafirma a sua importância e influência no cenário europeu, enquanto Costa se prepara para enfrentar novos desafios e oportunidades na arena política europeia.

Visita do Primeiro-Ministro a Angola

Por Dario Vargas

Nos dias 23 a 25 de julho, o primeiro-ministro Luís Montenegro realizou uma visita oficial a Angola com vista a reforçar os laços bilaterais entre os dois países e definir prioridades nessas relações, tratando em particular os temas de comércio e investimento, mobilidade de pessoas e capitais, direitos sociais assim como ensino e formação.

No primeiro dia deste evento o primeiro-ministro português visitou a Escola Portuguesa de Luanda, uma instituição cujos objetivos principais são promover o ensino e difundir a língua e cultura portuguesa, assim como a Fortaleza de São Miguel, um local histórico datado ao século XVI e que atualmente alberga o Museu de História Militar, e encontrou-se com a comunidade portuguesa em Luanda.

Nesse mesmo dia, anunciou um reforço da linha de crédito Portugal-Angola em 500 milhões de euros, acrescentando a um anterior reforço de 500 milhões assinado em 2023 pelo então primeiro-ministro António Costa para uma quantia total de 2,5 mil milhões de euros, afirmando que o objetivo deste ato era de criar “um novo grande impulso na relação dos dois países”.

Já em matéria migratória, o primeiro-ministro assumiu, em declarações em conferência de imprensa, que os cidadãos da CPLP, uma organização internacional composta por países lusófonos onde Portugal e Angola são ambos Estados membros, têm uma “porta preferencial” para entrar em Portugal por “razões culturais, históricas, de partilha de língua, de partilha de valores”, não existindo alguma mudança do seu estatuto com as recentes alterações à política de imigração.

Por seu lado, o presidente angolano João Lourenço afirmou que Angola “nunca” colocou nem pensa vir colocar no futuro a questão das reparações históricas, levantada inicialmente pelo presidente de Portugal Marcelo Rebelo de Sousa em abril deste ano, pois “teria de se mexer em muita coisa”, acrescentando que “os países colonizadores não teriam nunca a capacidade real de fazer a reparação no justo valor”.

Acompanhado pelo ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmiento, e pelo ministro da Economia, Pedro Reis, Luís Montenegro dirigiu-se, no segundo dia, à empresa Powergol e à Refriango, ambas de origem portuguesa, destacando-as como “exemplos magníficos” da capacidade do conhecimento nacional português alavancar a economia angolana. Mais tarde, discursando no Fórum de Negócios An-

gola-Portugal, o primeiro-ministro realçou os fortes laços económicos entre os dois países, afirmando que Angola “abre às empresas portuguesas as portas desta região” e que, simultaneamente, Portugal “abre para as empresas angolanas as portas da Europa”.

Após uma sugestão do presidente angolano, o primeiro-ministro deslocou-se, no terceiro e último dia da visita, à província de Benguela com vista a inspecionar o projeto do corredor do Lobito, lançado em maio de 2023 pela Parceria para as Infraestruturas e Investimento Global (PGI) do G7 e considerado o mais emblemático de Angola, contando com a participação da empresa portuguesa Mota-Engil. Esta linha ferroviária fornecerá, por via terrestre, uma ligação entre o porto do Lobito e as regiões de Copperbelt na Zâmbia e Katanga na República Democrática do Congo, ambas províncias ricas em minérios.

Durante esta deslocação, encontrou-se brevemente com o governador da província, Luís Manuel da Fonseca Nunes, e visitou as futuras instalações do Consulado-Geral na cidade, previstas estarem concluídas em 2025, prometendo regressar à região para a sua inauguração.



O primeiro-ministro de Portugal Luís Montenegro (esquerda) com o presidente de Angola João Lourenço (direita) (Foto: Observador)

Nesta visita foram assinados 12 instrumentos jurídicos de cooperação em diversas áreas, desde as finanças até à administração interna, destacando-se um programa de cooperação técnico-policial e proteção civil, um protocolo entre os centros de formação de pescas de Angola e de Portugal e um protocolo de cooperação entre o Ministério de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal e o Ministério de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social de Angola.

Em declarações finais antes de regressar a Portugal, o primeiro-ministro declarou que fora uma visita “carregada de esperança e de oportunidade” onde foi estabelecida “uma base de aprofundamento das relações bilaterais” e que Angola era “um país amigo” de Portugal.

Entrevista a Rodrigo Saraiva

O convidado de julho é o atual vice-presidente da Assembleia da República, Rodrigo Saraiva. Um dos fundadores do partido Iniciativa Liberal, Rodrigo Saraiva foi o primeiro líder da bancada liberal com grupo parlamentar. Também é membro da comissão parlamentar de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas e da comissão da Defesa Nacional. A entrevista foi realizada por Bruno Oliveira, Margarida Melo, Maria Macedo e Dario Vargas.

Uma vez que nos encontramos na Assembleia da República (AR), a minha primeira pergunta é: qual o papel da Assembleia da República na política externa portuguesa?

A política externa é algo que está constitucionalmente e legalmente previsto ser conduzida pelo governo. O chefe de Estado depois também tem algumas competências nessa matéria, mas a Assembleia da República enquanto órgão de soberania também tem o seu papel naquilo que é a diplomacia e vamos chamar-lhe a diplomacia parlamentar. Portanto, é até com alguma regularidade que acontece ou o parlamento português ter reuniões e visitas e relações com outros parlamentos ou, como também é bastante regular, recebermos cá, em consequência disso, visitas de outros parlamentos. E até existe muita colaboração em termos de formação por parte da AR com outros parlamentos, nomeadamente dos países lusófonos. A própria AR tem, naquilo que é a sua estrutura formal, os grupos parlamentares de amizade que têm regras e, por exemplo, uma das regras é que tem de existir reciprocidade. Significa que se existir o grupo parlamentar de amizade Portugal-Espanha, no parlamento espanhol, nas Cortes Espanholas, também existe um grupo parlamentar de amizade Portugal-Espanha. Portanto, tudo isso significa que há também uma diplomacia parlamentar e que essa contribui para o que é a diplomacia nacional no seu todo, em que os órgãos de soberania colaboram entre si. Depois há outro patamar do papel da AR naquilo que é a política externa, a AR também emite opinião, sobretudo através de votos, votos de condenação, votos de congratulação e pode ir mais além e até apresentar e de ser debatido e aprovado ou



Rodrigo Saraiva

não projetos de resolução e os projetos de resolução são recomendações ao governo, ou seja, a própria AR pode condicionar o governo no âmbito da sua política externa, fazendo recomendações. Por exemplo, ainda recentemente tivemos um debate aqui na AR sobre a questão do reconhecimento da Palestina como Estado, em que todas as forças políticas desta casa estão de acordo na solução da existência de dois Estados. Depois há uma divergência na questão do *timing*. Alguns partidos acham que o Estado português deveria, *per si*, individualmente fazer já esse reconhecimento formal. Outros, onde, por exemplo, se insere a Iniciativa Liberal, acham que isso deve ser um passo que deve ser dado de forma consensualizada e agregada com outros países, nomeadamente países no seio da União Europeia. Portanto, houve projetos de resolução, neste caso o projeto de resolução que recomendava ao governo o reconhecimento imediato do Estado da Palestina, que não foi aprovado. Se tivesse sido aprovado, não obrigava o governo a dar esse passo, mas certamente iria condicionar o governo a dar esse passo.

São exemplos de como a AR tem a sua própria atividade diplomática, sobretudo na relação com outros parlamentos, e como é que a AR pode condicionar a política externa de Portugal, mas que é uma competência que deve ser conduzida, obviamente, pelo governo.

De que forma é que podemos então dar mais autonomia à AR em relação ao governo?

Penso que o enquadramento jurídico-constitucional que nós temos é o adequado.

De que maneira é que podemos aproximar a AR às nossas comunidades portuguesas no estrangeiro?

Que também é uma vertente da diplomacia. Eu não gosto muito de lhe chamar política externa, tendo em conta que estamos a relacioná-la com portugueses, mas há uma coisa curiosa. A nossa comissão, a segunda comissão das quatorze comissões permanentes da AR, chama-se comissão de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas e, portanto, é com bastante regularidade que nós, no âmbito da comissão, temos reuniões e encontros com os membros do Conselho das Comunidades Portuguesas, ou no seu todo ou na sua vertente só da Europa ou só do resto do mundo. Existe esse relacionamento direto com o Conselho das Comunidades e existe também, por exemplo, quando o senhor presidente da República faz visitas de Estado, sobretudo a países onde há uma grande comunidade portuguesa, o senhor presidente da República faz-se acompanhar de representantes de todos os partidos que estão presentes na AR e nessas visitas o nosso chefe de Estado tem reuniões com o chefe de Estado do país que visita, mas depois há sempre um programa de contacto com as nossas comunidades locais e aí também há a importância adicional dos representantes dos partidos, eleitos pelo povo, estarem em contacto direto com as comunidades. Nos tempos que correm, felizmente que com telemóvel, com computador, com aplicações como o zoom, podemos estabelecer um contacto muito mais rápido e direto com as nossas comunidades, esse trabalho fica mais facilitado, ao contrário de há muitos anos em

que pressupunha haver uma viagem e isso era menos regular. Dentro da AR existem alguns deputados que têm um dever adicional de manter esse contacto que são os deputados eleitos pelo círculo da Europa e pelo círculo fora da Europa, portanto os deputados eleitos pela diáspora representam diretamente as nossas comunidades por esse mundo fora aqui na AR. Esses deputados têm um dever adicional de estar mais focados nas problemáticas das nossas comunidades e trazer para junto dos outros deputados esses temas.

Voltando agora ao tema das comissões, de que forma é que elas estão organizadas, como é que funcionam e quais é que são os seus objetivos?

A democracia é complexa. E um estado de direito na sua organização, aquilo que se chama a interligação de poderes. E a própria AR, onde se desenrola o processo legislativo, que também é complexo. Mas vamos então tentar simplificar, e isto dizendo já que a função da AR, e de qualquer instituição democrática, é tentar a todo o tempo desmistificar e explicar como as coisas funcionam. Mas o processo legislativo, que é o principal desta casa da democracia, tem três fases. Qualquer ideia que se torna um projeto de lei ou uma proposta de lei, e qual é a diferença entre projeto de lei e proposta de lei? Projeto de lei emana de um partido, proposta de lei emana do governo. Mas qualquer ideia de lei, chamemos-lhe assim, que entra nesta casa tem que ter um primeiro momento, a generalidade, onde há um debate em torno desse projeto de lei e há uma votação. Se esse projeto é chumbado, o assunto está encerrado. Se o projeto é aprovado, ele passa para a segunda fase, a especialidade, a parte onde depois se debate o detalhe da proposta, onde vão surgir propostas de alteração, emendas, é o aprimorar desse projeto. Todo esse trabalho de especialidade é feito em comissão, é sobretudo esse o papel da comissão permanente especializada. Se é um projeto de lei na área da saúde, vai para a comissão da saúde, se é de agricultura, vai para a comissão de agricultura, e por aí fora, pois são temáticas e especializadas. Quando se chega ao fim das votações e do processo na especialidade, consensualiza-se um texto comum. Está fechado na especialidade, ele vai para a terceira fase, a votação final global. Essa votação final global volta a ser no plenário. Esqueci-me de dizer que a primeira fase ocorre no plenário da AR, a segunda fase decorre na comissão e a terceira fase no plenário. Portanto, de forma simplificada, é esta a função da AR, é o processo legislativo dividido em três fases: primeira fase, generalidade no plenário da AR, segunda fase, especialidade na comissão e terceira fase, votação final global no plenário da AR. A grande função da comissão é esta especialização, esta especificidade de trabalhar aquilo que é um projeto de lei ou proposta de lei.

Tendo já visto a atuação do parlamento e das comissões parlamentares, de que forma é que os vários órgãos interagem entre si?

Há obrigações regimentais ou até legais de que o parlamento tem que com grande regularidade estar aqui presente. A qualquer momento a AR, por iniciativa de um deputado, de um grupo parlamentar ou de uma comissão, pode chamar um membro do governo a vir à AR. Mas, independentemente disso ou mesmo que isso

não aconteça, com regularidade, eles têm que vir cá. Começa por exemplo com aquilo que é mais visível, os famosos, que voltaram agora, debates quinzenais, em que está o primeiro-ministro e todo o governo presente no plenário. Depois, mesmo em plenário, há uns debates que são temáticos, em que tem que vir o ministro desse tema. E em comissão há as chamadas audições regimentais, em que cada ministro vem à comissão homóloga. Por exemplo, vou falar das duas comissões em que estou como membro efetivo, a segunda comissão, Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e a terceira comissão, a comissão da Defesa Nacional.



Sala da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas

E tivemos há umas semanas as audições regimentais, tivemos o ministro da Defesa na comissão da Defesa e o ministro dos Negócios Estrangeiros na segunda comissão. Nas audições regimentais, elas não têm um tema fixado e, portanto, os grupos parlamentares fazem as perguntas que entendem. Na comissão da Defesa, este mandato deste governo começou com umas supostas declarações do senhor ministro da Defesa sobre a questão dos jovens delinquentes. Alguns partidos quiseram ouvir o ministro sobre essa declaração em específico, nós, Iniciativa Liberal, iniciámos um requerimento, que foi aprovado, para ouvir o ministro sobre aquilo que consideramos ser o desafio mais estrutural das Forças Armadas, que é a atratividade das Forças Armadas. Foram aprovados vários requerimentos e depois, se são aprovados três requerimentos, não vale a pena o ministro vir cá essas três vezes, faz-se ali uma consensualização de calendário, e portanto o ministro veio cá para uma audição específica sobre este tema. Isto em termos de aquilo que é o relacionamento, vamos chamar-lhe, físico em que está o membro do governo e deputados ao mesmo tempo na mesma sala. Mas depois há todo um conjunto de ferramentas de interação entre o governo e a AR. Há coisas que também são regimentalmente previstas, coisas que o governo tem que submeter obrigatoriamente à AR com regularidade, Conta Geral do Estado por exemplo, mas

os próprios grupos parlamentares e deputados para além de poderem fazer audições, podem fazer perguntas ao governo e às entidades públicas e estes têm um prazo para responder. Existem estes mecanismos de relacionamento, de ligação e de escrutínio, porque o governo responde perante quem? Perante a AR e por isso a AR tem o dever, a todo o momento, de fiscalizar, de escrutinar e de acompanhar a ação do governo.

Avançando agora para a visão da Iniciativa Liberal para a política externa, uma das grandes bandeiras do partido durante as eleições europeias foi a ideia de tornar Portugal menos dependente dos fundos provenientes da União Europeia. Como é que podemos realizar isso?

Com um estado menos presente na vida das pessoas e das empresas. A resposta à tua pergunta também dava toda ela uma entrevista, mas de forma muito simples é isto. Porquê? Esse nosso *statement*, de que Portugal deixe de estar tão dependente de fundos europeus, aplica-se pela mesma razão que nós não queremos pessoas dependentes de subsídios e de fundos do estado. Nós não queremos empresas dependentes de subsídios e apoios do estado. E portanto se não queremos isto, também não queremos que o Estado português esteja dependente, seja o governo, seja o estado, sejam as próprias empresas portuguesas, os próprios portugueses dependentes de subsídios e de fundos europeus. Era ideal que nós tivéssemos um bom modelo económico, que Portugal conseguisse gerar receitas, através do crescimento económico, que permitissem que nós fôssemos contribuintes líquidos da União Europeia e não o contrário. Porque sempre que alguém está dependente, fica viciado nessa dependência e o que nós queremos é que as pessoas, as organizações, sejam empresas, seja o estado, não estejam dependentes, têm de ter a sua capacidade de gerar valor e de gerar receita. É preciso crescimento económico e para isso é preciso reduzir burocracias, reduzir a carga fiscal e tudo isso vai dar a um círculo virtuoso a médio-longo prazo, pois não é amanhã que passamos a ser contribuintes líquidos da UE. Isso não se faz da noite para o dia. Tem que ser um processo com anos. Esta é uma primeira visão de porque é que a todo o momento deveríamos não ser dependentes dos fundos europeus.

Segundo, entra aqui uma camada, vamos chamar-lhe, não pragmática, mas realista. A UE está num processo de crescimento. Crescimento geográfico e do número de membros. Vão entrar mais países na UE. Quase todos eles com necessidades de terem apoio daquilo que são os recursos financeiros da UE. E vamos partir do pressuposto que o orçamento europeu não é um bolo que vá crescer exponencialmente e se não é um bolo que vai crescer exponencialmente, mas vai ter mais membros à mesa do orçamento, significa que as fatias para cada um dos membros vai ser mais pequena. Esses países que vão entrar não vão ser contribuintes líquidos, portanto o bolo não vai crescer de maneira a alimentar todas estas necessidades. Significa que, a médio prazo, com mais países na união, a fatia destinada a Portugal vai ser menor do que aquela que tem sido e, portanto, nós temos que nos preparar para isso como país. E preparar como? Tendo essa ambição de estarmos cada vez menos dependentes dos fundos europeus. Temos que mudar

aquilo que é o nosso modelo económico enquanto país, temos que mudar esta lógica de que a todo o momento o estado tudo resolve, porque se continuar essa lógica nós não vamos, como se costuma dizer em sabedoria popular, sair da cepa torta.

Outra medida presente no vosso programa eleitoral é o da inovação tecnológica e da defesa nacional, mas como é que podemos fazer a ligação entre as duas partes?

A defesa tornou-se, infelizmente, por más razões, um tema consensual. Consensual na perspectiva de que todas as pessoas perceberam que um país, e mesmo a Europa, não podem descuidar a sua defesa. A defesa das suas soberanias, a defesa dos seus territórios. E isso faz-se com recursos humanos, com militares, mas faz-se também



Rodrigo Saraiva (ao centro) na Assembleia da República

com capacidade material e esta faz-se desde pistolas a espingardas, navios, tanques, aviões, mísseis, sistemas de defesa antiaérea, muita tecnologia, porque muita da guerra hoje em dia e infelizmente muito do que nós vamos assistindo pelas televisões ainda é a guerra tradicional, mas há muita guerra que é feita no mundo virtual, na internet e por isso é que muito mais se tem falado das necessidades de ciberdefesa e cibersegurança. Aliás, há países que já quase tratam a ciberdefesa como um próprio ramo das Forças Armadas, para além do exército, da força aérea e da marinha, porque há muita guerra a decorrer em permanência com grande intensidade no mundo virtual e é, sobretudo neste, que obviamente a tecnologia é importante nos recursos materiais tradicionais, em que um navio tem que ser muito mais desenvolvido no que no passado. Até os mísseis e toda a vertente de capacidade de defesa antiaérea. Veja-se o exemplo de Israel, que tiveram aquele ataque maciço do Irão e como é que eles resistiram àquilo? Têm o *Iron Dome*, a tecnologia ao serviço de uma nação, de um território e das pessoas, é um bom exemplo. Mas depois toda esta guerra virtual tem que ter o intelecto humano muito em função, por isso é que também as Forças Armadas precisam de ter hoje em dia nas suas fileiras um conjunto de pessoas com excelentes capacidades informaticamente de fazer a defesa de um país. Portanto, as próprias Forças Armadas têm que se reinventar na necessidade dos seus recursos humanos, mas depois a parte tecnológica, a inovação é essencial para tudo isto, porque é um setor onde a competição é feita, não apenas ao nível do intelecto humano, mas sobretudo ao nível da capacidade de inovar para contrariar a inovação dos outros. A inovação tecnológica e a defesa estão cada vez mais intimamente interligadas e os recursos financeiros têm que ir ao encontro dessa realidade.

Para terminar, qual é que pensa que será o futuro das relações bilaterais entre Portugal e a China?

Essa é a parte complexa. Uma das boas notícias que tivemos nos últimos tempos foi finalmente a UE ter referido a China como um rival sistémico. Um rival sistémico não é só em termos militares ou de defesa, é estruturalmente um rival sistémico, sobretudo em termos económicos. Há várias razões para existirem conflitos e depois guerras. Há alguns em que as migrações são a base, há motivos territoriais, mas há cada vez mais conflitos, que embora não parecendo ou que tentem que pareça que essa não é a razão, as razões são de poder económico, de, mais do que uma soberania territorial ou cultural sobre outros povos, o objetivo é o poder a vários níveis, inclusive económico e algumas das coisas que a China faz é por isso. Ou seja, eles colocam essa variável mesmo que a parte económica seja para eles depois puderem ter uma prevalência cultural ou até territorial, mas eu vou tentar simplificar a resposta à pergunta.

A Iniciativa Liberal tem várias bandeiras. A mais conhecida é a do crescimento económico, defesa da liberdade económica e depois também na liberdade individual e, se olharem para muito daquilo que a Iniciativa Liberal tem feito há uma bandeira essencial para nós que é a defesa dos direitos humanos. Nós somos defensores do mercado livre, do comércio livre, onde todos os países e todas as organizações e pessoas relacionam-se entre si e fazem trocas comerciais, mas para existir mercado livre tem que existir equidade entre as partes que se relacionam, a todos os níveis, inclusive se nós nos estamos a relacionar com outro país e nesse país não há liberdade democrática, não há liberdade individual, então, se calhar, não é bem comércio livre. Para existir comércio livre tem que haver liberdade na sua plenitude e nós não podemos ignorar que a China é uma ditadura e que, para além de ser uma ditadura incumpe o respeito dos direitos humanos a vários níveis. Temos os exemplos recentes da deriva totalitária em Hong Kong, não respeitando e não cumprindo com o acordo que fizeram com o Reino Unido, numa menor dimensão em Macau, e aí diz respeito direto a Portugal, mas temos coisas bem mais graves. O que a China faz no Tibete há muito tempo, e esta talvez a mais grave, que está ao nível do genocídio, o que eles fazem com os uigures, com campos de concentração. E portanto nós não podemos ter uma relação normal entre partes e mesmo na parte económica que não tem respeito pelos direitos humanos. Aquela desculpa bastante diplomática de “alguém no mundo tem que falar com a China”, porque eu já ouvi um ex-governante dizer isto, não é razão. É que uma coisa é os países falarem entre si, independentemente do regime, interagirem entre si numa organização como as Nações Unidas, esse é o fórum para todos se encontrarem e falarem. Nas relações bilaterais, nós só podemos ter uma relação bilateral plena se o outro país estiver no mesmo cumprimento de onde de valores e princípios que nós temos enquanto nação. E a China não os tem. E portanto a nossa relação bilateral com a China não pode ser uma relação que nós temos com o Reino Unido, a mais antiga aliança entre nações na história da humanidade, e bem. Temos uma relação secular com a China, mas a China não partilha os mesmos valores, que nós partilhamos, por exemplo, com o Reino Unido. Não é deixarmos de falar *tout court* com a China e eu aqui vou

generalizar, aqui não é só a China, acho que a diplomacia portuguesa tem sido uma política *humpty dumpty*, demasiado em cima do muro e nós não podemos estar demasiado em cima do muro. O mundo com os desafios que tem hoje em dia, porque aquilo que tem estado a acontecer, e aqui volto à China, a China mesmo não tendo liberdade política, mas se a China tivesse uma atitude diferente perante o resto do mundo, talvez os conflitos, como por exemplo a invasão da Rússia sobre a Ucrânia não estaria a acontecer, porque Vladimir Putin, que é um autocrata, faz muito do que faz, porque tem as costas quentes de outros autocratas e ditadores.

Tentativa de golpe de Estado ameaça democracia Boliviana

Por Marta Paço

Na madrugada do passado dia 26 de Junho, a Bolívia foi abalada por uma tentativa de golpe de Estado que pôs em risco a estabilidade política do país. A ação, orquestrada por um grupo de militares dissidentes, foi rapidamente neutralizada pelas forças leais ao governo do presidente Luis Arce, ficando a situação neutralizada em pouco mais de 4 horas. O incidente suscitou preocupações a nível nacional e internacional quanto à fragilidade das instituições democráticas bolivianas e tornou-se mais um marco na conturbada história política do país andino.

No dia do ocorrido, um grupo de militares, liderado pelo então capitão do Exército Juan José Zúñiga instalou-se com veículos blindados na Praça Murillo, em La Paz. O objetivo seria invadir o Palácio presidencial, também conhecido como "Palacio Quemado" para, segundo o próprio, expressar descontentamento com a situação do país e precipitar uma troca ministerial. O tumulto foi rapidamente controlado pelas forças governamentais e o líder dos revoltosos foi preso na noite do mesmo dia.

O presidente Luis Arce, numa declaração ao país, condenou veementemente a tentativa de golpe e elogiou a rápida resposta das forças leais. "Esta tentativa de subverter a vontade do povo boliviano foi frustrada graças à bravura e ao compromisso das nossas forças de segurança. A democracia prevaleceu hoje, mas não devemos baixar a guarda. Continuaremos a trabalhar para garantir que a Bolívia permanece um país livre e democrático", afirmou.



Grupo de militares na Praça Murillo (foto: Swissinfo)

A comunidade internacional reagiu rapidamente ao sucedido. A Organização dos Estados Americanos (OEA) emitiu um comunicado no qual condenou a tentativa de golpe e expressou solidariedade com o governo e o povo do país: "A OEA apoia firmemente o governo democraticamente eleito da Bolívia e condena qualquer tentativa de alterar a ordem constitucional através da força", declarou Luis Almagro, Secretário-Geral da organização. O governo dos Estados Unidos, através do Departamento de Estado, também condenou a ação e reiterou o seu apoio à democracia boliviana. A União Europeia, por sua vez, apelou à calma e ao respeito pelas instituições democráticas do país.

A Bolívia tem vivido um período de relativa estabilidade política desde a eleição de Luis Arce, sucessor de Evo Morales, em 2020. No entanto, tensões subjacentes têm persistido, alimentadas por divisões profundas entre diferentes facções políticas e sociais. A tentativa de golpe de Estado de 26 de Junho destaca as contínuas fragilidades e desafios que o país enfrenta.

Na sequência deste episódio, o governo boliviano anunciou a criação de uma comissão de investigação para apurar os detalhes da tentativa de golpe e responsabilizar os envolvidos. Além disso, foram implementadas medidas de segurança adicionais para prevenir futuras tentativas de subversão da ordem constitucional.

A população boliviana, apesar do choque inicial, tem demonstrado um forte apoio ao governo e às instituições democráticas. Manifestações espontâneas ocorreram em várias cidades, com cidadãos a expressarem a sua rejeição a qualquer forma de violência política.

A tentativa de golpe de Estado na Bolívia no dia 26 de Junho de 2024 serve como um lembrete da importância da vigilância constante e do compromisso com os valores democráticos. A resposta rápida e eficaz das forças governamentais evitou uma crise maior, mas os desafios para a estabilidade e a paz no país continuam a ser significativos.

Eleições no Reino Unido

Por Dario Vargas

No passado dia 4 de julho ocorreram no Reino Unido eleições para a Câmara dos Comuns, a câmara baixa do parlamento britânico, que tinham sido convocadas no dia 22 de maio pelo então primeiro-ministro Rishi Sunak. Esta foi a primeira eleição para os Comuns após a saída oficial do Reino Unido da União Europeia.

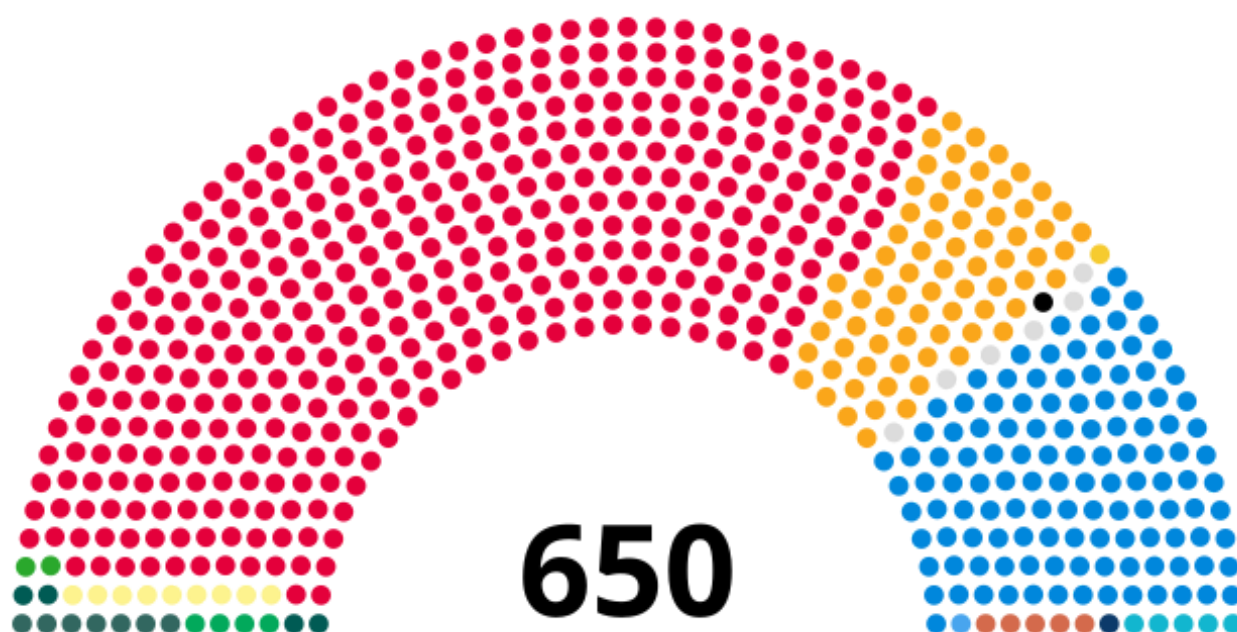
Como apontado por diversas sondagens, o Partido Trabalhista obteve uma maioria absoluta, obtendo 210 novos deputados, elegendo, no total, 412 deputados (num total de 650) e pondo fim a 14 anos de governo pelo Partido Conservador. Inversamente, os Conservadores viram a maior derrota na sua história, elegendo apenas 121 deputados. Este resultado deveu-se a uma série de escândalos e uma percepção, por parte da população britânica, de caos governativo que afetou os vários governos conservadores desde 2016. Adicionalmente, os partidos mais pequenos obtiveram um recorde de 42,6% dos votos, fenómeno explicado parcialmente pelo voto útil contra os Conservadores, pelo que nestas eleições foram observados ganhos para os Liberais Democratas (elegendo 72 deputados), para os Verdes (elegendo 4 deputados) e para o Reform UK (elegendo 5 deputados), bem como a eleição de um recorde de 6 deputados independentes. No sentido contrário, estas eleições viram uma derrota pesada para o Partido Nacional Escocês, que elegeu apenas 9 deputados (perdendo 39 deputados).



Keir Starmer, líder do Partido Trabalhista, em campanha (Foto: Bloomberg)

Em declarações no dia 5 de julho, após ter sido nomeado primeiro-ministro pelo Rei Carlos III, Keir Starmer, líder do Partido Trabalhista, afirmou que o país votou “decisivamente pela mudança”, prometendo que iria governar sob o princípio de “primeiro o país, depois o partido”. Nesse mesmo dia, Rishi Sunak, líder do Partido Conservador, concedeu a derrota nas eleições, afirmando, no entanto, que era “crucial” que o partido assumisse o seu papel enquanto oposição “profissionalmente e eficazmente”.

Nestas eleições, a diferença entre percentagem de votos e deputados eleitos foi a maior de sempre (cerca de 30 pontos percentuais de diferença), com o Partido Trabalhista a obter 63% do assento parlamentar com apenas 33,7% dos votos, enquanto que partidos mais pequenos como o Reform UK (com 14,3% dos votos) e os Verdes (com 6,4% dos votos) elegeram ambos apenas 1% dos deputados totais na Câmara dos Comuns. Sob o sistema eleitoral britânico, um partido necessita apenas de obter uma maioria simples num círculo eleitoral (todos estes uninominais) para eleger um deputado, podendo obter-se assim resultados desproporcionais.



Composição da Câmara dos Comuns após as eleições de 2024 (Foto: Wikimedia)

Legenda:

Vermelho - Partido Trabalhista

Azul - Partido Conservador

Laranja - Liberais Democratas

Azul-claro - Reform UK

Novo presidente do Irão: “regresso da esperança e alegria” ou falsas promessas?

Por Rodrigo Fialho

Na sequência do acidente de helicóptero que vitimou o anterior presidente do Irão, Ebrahim Raisi, e da presidência interina de Mokhber, o reformista Masoud Pezeshkian vence as eleições e faz promessas ambiciosas no que concerne o futuro do seu país.

A 19 de maio chegaram as primeiras notícias de um acidente de helicóptero onde seguiam o presidente do Irão, Ebrahim Raisi, e seu ministro dos negócios estrangeiros, numa zona de difícil acesso. Mais tarde, os óbitos viriam a ser confirmados. Entretanto, Ali Khamenei, Líder Supremo do Irão, designa o até então vice-presidente, Mohammad Mokhber, para assumir a presidência interina do país, sob a promessa de organizar eleições num prazo de até 50 dias.

Fruto da segunda volta das eleições iranianas, na madrugada de 5 para 6 de julho, o cirurgião cardíaco de 69 anos, Masoud Pezeshkian, derrota o candidato ultraconservador Saeed Jalili. Da sua margem de 53,6% dos votos (16,3 milhões de eleitores), resultaram promessas ousadas para o futuro do país. Apresentou-se como os “ouvidos e a voz dos marginalizados”, prometendo o “regresso da esperança e alegria”.

As ideias do novo presidente

Na opinião de Tiago André Lopes, professor de Diplomacia da Universidade Portucalense, a eleição de Pezeshkian traz sinais positivos para o Irão. Afirmar que este parece ter mais respeito pelos direitos das mulheres e das minorias. Ressalta a intenção de apaziguar as relações entre o seu país e o mundo ocidental, fruto das quais provieram sanções que têm frustrado o desenvolvimento daquele Estado. Renegociar a questão nuclear com os EUA e uma melhor inserção regional são, aliás, a prioridades de Pezeshkian.

Contenção de expetativas

Narges Mohammadi, Nobel da Paz iraniana, considera as eleições uma farsa para legitimar o regime autocrático do Irão e apelou à não participação no ato eleitoral. Com efeito, a primeira volta das eleições, a 28 de junho, registou a taxa de participação mais baixa desde a Revolução Islâmica de 1979. A administração Biden, por sua vez, considera que as “eleições não foram livres nem justas”, nem que a orientação do país rume a um maior respeito pelos direitos humanos.

Já em Portugal, o comentador político Paulo Portas adverte que “até já houve presidentes reformadores que nada puderam fazer contra a Líder Supremo”.

As eleições em França

Por Matilde Martins

Na sequência do resultado das eleições europeias que ocorreram a 9 de Junho, o chefe de Estado, Emmanuel Macron, anunciou a dissolução da Assembleia Nacional e convocou eleições legislativas antecipadas para 20 de Junho e 7 de Julho, no rescaldo da pesada derrota do seu partido, Renascimento, e da esmagadora vitória da União Nacional, encabeçada por Marine Le Pen.

A Assembleia Nacional é composta por 577 deputados, distribuídos entre os vários departamentos do território do continente e pelas regiões ultramarinas. A França metropolitana (constituída pela França continental e pela Córsega) elege 539 deputados, com 27 deputados de reserva para as regiões ultramarinas (a ilha da Reunião, a Guiana Francesa ou a Nova Caledónia).

No sistema eleitoral francês, não proporcional, cada círculo eleitoral- uninominal- elege um deputado. Contrariamente ao português, em que os círculos eleitorais com maior população elegem mais deputados. Caso um candidato consiga obter a maioria absoluta dos votos (mais de 50% dos votos com pelo menos 25% dos eleitores inscritos), ganha garantidamente um assento na Assembleia Nacional. A eleição de cada deputado em cada círculo uninominal é realizada a duas voltas.

Se nenhum candidato vencer com maioria absoluta na primeira volta, dá-se um novo sufrágio nesse círculo na data da segunda volta. Com um determinado candidato a obter mais do que 12.5% dos votos num dado círculo, esse candidato irá disputar também a segunda volta. Ainda, caso a segunda volta seja disputada entre três ou mais candidatos, ganha o candidato que obtiver a maioria simples dos votos.

Na União Nacional, o candidato a chefe de Governo foi o presidente do partido, Jordan Bardella. Já na Nova Frente Popular (NFP), coligação partidária numa reminiscência da Frente Popular de 1936, de Léon Blum, e que conta com a França Insubmissa, os Ecologistas, o Partido Comunista e o Partido Socialista, Jean Luc Mélenchon, candidato presidencial em 2022 e principal figura do partido de esquerda França Insubmissa, não será a escolha. Gabriel Attal, primeiro-ministro demissionário (atualmente a presidir os assuntos correntes), também não será apontado pela coligação macronista Juntos.

Na primeira volta, a 30 de Junho, a União Nacional conseguiu vencer pela primeira vez as eleições legislativas, ao obter 33.1% dos votos e quase duplicar a sua base de apoio desde as últimas legislativas francesas, realizadas em 2022. Seguiu-se a aliança de esquerda Nova Frente Popular (NFP) com 28%. Já o Juntos, agrupamento centrista e liberal liderado pelo Renascimento, obteve 20% dos votos.

A taxa de participação na segunda volta das eleições legislativas em França situava-se às doze horas nos 26.63%, acima dos 25.9% registados à mesma hora na primeira volta. Este é o valor mais elevado desde 1981 (28.3%).

Quanto aos resultados, a Nova Frente Popular (NFP) obteve 182 deputados, a aliança de centro em volta do movimento de Emmanuel Macron 168, e a União Nacional e aliados (em parte os Republicanos) 143. Ao longo da Campanha foram expostos candidatos da União Nacional que se demonstraram extremistas ou até mesmo não competentes



Jean Luc-Mélenchon na sede da Nova Frente Popular (foto: Euronews)

Na campanha que se iniciou a 17 de junho, e no domínio da política externa em concreto, a coabitação que se expectava entre Macron e o partido União Nacional poderia ter desencadeado consequências gravosas em matéria europeia. Em Bruxelas temia-se a paralisia, em questões-chave como a atual Guerra na Ucrânia, em termos orçamentais, sendo a França um dos principais Estados membros da União Europeia. Ainda que no sistema semipresidencialista francês o Presidente continue a ter a primazia nos principais dossiers e embora continue a ser Macron a sentar-se à mesa do Conselho Europeu, são os ministros do novo Governo que ocupam lugar nos conselhos setoriais da União Europeia, o que poderia influenciar e definir a agenda durante os próximos cinco anos.

A Bolsa francesa tem presenciado dificuldades ao tentar valorizar-se desde as eleições europeias, ocorridas a 9 de Junho, devido ao crescimento do partido de Marine Le Pen, a União Nacional. Não obstante, apesar da derrota nas eleições nacionais, a vitória da esquerda despoletou a incerteza nos mercados. Enquanto não existir um consenso relativamente ao futuro político francês, os investidores estão a afastar-se da dívida de França. Os juros das obrigações a dez anos estão acima dos 3% e a diferença para as obrigações alemãs- indicador que mede o risco da dívida de um país na Zona Euro- tem sofrido um aumento nos últimos meses.

Na ótica de Macron, graças ao sistema eleitoral em duas voltas seria possível ao partido Renascimento vencer as eleições legislativas, ao se tornar um ponto de en-

contro entre os opositores à direita e à esquerda. A reorganização da esquerda foi também surpreendente, tendo em conta as profundas divergências políticas vigentes, tais como a energia nuclear ou as atuais guerras em Gaza e na Ucrânia. Hoje Marine Le Pen encontra-se mais fragilizada do que no seguimento das eleições europeias e, por seu lado, Emmanuel Macron ganhou força.

As negociações para a formação de um novo governo já estão a ser encetadas. Contudo, está longe de ser claro que tipo de coligação surgirá, dado que o país não detém esta cultura política, como acontece noutros países europeus. Com os Jogos Olímpicos a decorrer em Paris esta indigitação pode tardar. As eleições presidenciais a realizar-se em 2027 desempenham também um papel de relevo neste desfecho.

A primeira reunião da nova Assembleia Nacional deu-se a 18 de Julho e no dia seguinte foi reeleita como presidente da Assembleia Yaël Braun-Pivet, candidata macronista. No espaço dos Juntos, onde sobressai o partido Renascimento, procura-se converter o segundo lugar para um primeiro lugar no Parlamento, tendo em vista uma "geringonça" que afaste os extremos do poder ao juntar moderados, ainda que haja planos para refundar o centro político excluindo Macron.

Quanto ao futuro político francês, têm-se quatro cenários possíveis. A esquerda formar governo, pode assistir-se a um governo minoritário do centro, tendo que se negociar projeto a projeto lei a lei o que resulta num enfraquecimento do Presidente, ainda, uma coligação republicana e, por fim, um governo técnico ou presidencial. Com uma Assembleia Nacional fragmentada, a capacidade de Macron governar com eficácia e a coesão da União Europeia podem estar em risco, especialmente considerando o impacto na política europeia e na economia francesa



Yaël Braun-Pivet reeleita presidente da Assembleia Nacional

Joe Biden desiste da corrida à Casa Branca: e agora?

Por Rodrigo Fialho

Após semanas de pressão para que reconsiderasse a sua recandidatura às presidenciais, o mau desempenho num debate televisivo, em consequentes entrevistas e na cimeira que assinalou o 75.º aniversário da NATO, Joe Biden desiste da corrida à Casa Branca a menos de quatro meses do seu fim.

Foi através da rede social X, no passado dia 21, que o atual presidente dos EUA anunciou que ia desistir da sua recandidatura às presidenciais. Minutos depois, declarou o seu apoio total à vice-presidente, Kamala Harris.

Os pedidos para que Biden desistisse de corrida presidencial aumentaram exponencialmente depois de um debate televisivo contra Donald Trump, a 27 de junho. Pareceu física e cognitivamente fragilizado, apresentando, por vezes, respostas desconexas. As entrevistas posteriores, dadas com o intuito de tranquilizar eleitores quanto ao seu estado de saúde, tiveram o efeito inverso. Já na cimeira em Washington, aquando do 75.º aniversário da Aliança Atlântica, tudo aparentava estar bem, tendo o presidente conseguido dar uma conferência de imprensa longa sobre uma série de temas complexos. Contudo, perto do fim, atrapalhou-se, chamando Putin a Volodymyr Zelensky e apelidando Kamala Harris de vice-presidente de Trump – quando é a sua.

Entretanto, poucos dias antes de desistir do ato eleitoral, Joe Biden foi obrigado a retirar-se para a sua residência no Delaware, em sequência de ter contraído COVID-19.

As reações à desistência

As reações dividem-se, grosso modo, consoante a pertença ao partido republicano ou democrata. Tanto o ex-presidente Barack Obama e outras figuras de destaque da vida política americana, como Nancy Pelosi ou Bernie Sanders, elogiam a decisão, mas também a administração Biden.

Por outro lado, Mike Johnson, líder republicano da Câmara dos Representantes, defende que Joe Biden deve demitir-se imediatamente, sem esperar pelo resultado das próximas eleições. Quanto ao principal adversário, Donald Trump, declarou através da Truth Social, rede social criada pelo próprio, que Biden "não estava apto a concorrer à Presidência e certamente não está apto a servir (o país) – e nunca esteve. Todos à sua volta, incluindo o seu médico e os meios de comunicação social, sabiam que ele não estava apto para ser presidente, e não estava".

O novo candidato democrata

O caminho mais óbvio (também aquele escolhido por Joe Biden) é o partido nomear a vice-presidente Harris como candidata democrata às presidenciais. Esta tem feito cada vez mais aparições na campanha eleitoral e a sua posição nas sondagens tem vindo a melhorar.

De todas as formas, também ecoam outros nomes. De entre eles, o do governador da Califórnia, Gavin Newsom (embora este já tenha anunciado que apoiará Harris), da governadora do Michigan, Gretchen Whitmer, e do secretário dos transportes, Pete Buttigieg. Para além disto, os delegados eleitos pela sua pretensa de votar em Biden não estão comprometidos para com Harris ou qualquer um dos outros candidatos. Teremos de esperar até 19 de agosto, dia da Convenção Nacional Democrata, para conhecer o seu candidato.



Joe Biden e Kamala Harris (foto: Forbes)

Kamala Harris seria uma boa opção?

A candidata mais provável, a primeira na linha de sucessão constitucional, teria como vantagens o acesso imediato aos cerca de 100 milhões de dólares que a campanha democrata levantou até agora. Porém, contra Trump os seus números parecem ser tão débeis quanto os de Biden.

Tem um bom desempenho em assuntos como o aborto, embora se demonstre constrangida naqueles que envolvem a crise migratória da fronteira México-EUA. De resto, em 2020 concorreu à presidência democrata em que um conjunto de entrevistas mal conseguidas e uma campanha desorganizada ditaram a sua derrota.

www.portugaldiplomatico.com